

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2009 / 2010



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

***O NORTE DE AFRICA COMO ESPAÇO GEOPOLITICO DE
RISCOS, AMEAÇAS E OPORTUNIDADES PARA ESPANHA.***

Luis Martínez Viqueira
Major de Infantaria (ESP)

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2009 / 2010



**O NORTE DE AFRICA COMO ESPAÇO GEOPOLITICO DE RISCOS,
AMEAÇAS E OPORTUNIDADES PARA ESPANHA.**

Luis Martínez Viqueira
Major de Infantaria (ESP)

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2009/10.

Lisboa - 2010

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2009 / 2010



**O NORTE DE AFRICA COMO ESPAÇO GEOPOLITICO DE RISCOS,
AMEAÇAS E OPORTUNIDADES PARA ESPANHA.**

Luis Martínez Viqueira
Major de Infantaria (ESP)

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2009/10.

Orientador: Capitão de Fragata Francisco Carapeto

Lisboa - 2010



AGRADECIMENTOS

À minha esposa, Paloma, que sofreu na distância uma longa ausência, uma mais na nossa vida de milícia e afastamento. Ausências nas quais os sacrifícios das mulheres dos militares nunca têm sido valorizadas da forma que merecem.

Ao meu pai, que foi mestre no honroso caminho dos cavalheiros que é o mundo das Armas e de quem aprendi o valor da palavra, o valor da amizade, o valor do sacrifício e o Amor profundo e infinito à minha Pátria, Espanha.

A Ester Figueiredo, amiga, professora e mulher excepcional com quem aprendi a amar, ainda mais, esta cidade de Lisboa, pelos seus conselhos e o seu tempo na procura da perfeição, que apesar do seu esforço ainda não atingi, no meu uso da língua de Camões que é também a minha.

A todos os meus camaradas e professores do Curso de Estado Maior Conjunto com os quais aprendi e procurei novos caminhos na Arte da guerra, com os quais senti uma profunda comunidade que dá a experiência dos anos de serviço em exércitos irmãos e com os quais nunca me senti isolado ou afastado pela distância ou a camaradagem.

E finalmente, mas não menos importante, a Portugal, nação irmã, Pátria de bravos soldados e navegantes, lugar onde encontrei a Paz e a amizade de tantas pessoas, lugar onde voltarei sempre, já que uma parte do meu coração e da minha alma de soldado ficará cá, à beira do Tejo, o mesmo rio em cujas margens me converti num Oficial da Infantaria espanhola.



ÍNDICE

Agradecimentos	II
Índice	III
Resumo	VI
Abstract.....	VII
Palavras-chave	VIII
Lista de siglas e abreviaturas	IX
1. Introdução ao tema e definição do contexto da Investigação	1
1.a. Justificação e importância da Investigação.....	1
1.b. Objecto do estudo e sua delimitação	2
1.c. Definição dos Objectivos da Investigação.....	2
1.d. Metodologia da Investigação.....	3
2. Ameaças e riscos não estatais.....	5
2.a. Terrorismo	6
2.a.(1) Marrocos.....	6
2.a.(2) Argélia.....	8
2.a.(3) Al Qaeda na Terra do Magrebe Islâmico (AQMI)	9
2.a.(4) AQMI no Sahel	9
2.a.(5) Outras áreas	12
2.a.(6) Conclusão parcial.	13



2.b. Tráfico de drogas	15
2.b.(1) Haxixe	15
2.b.(2) Cocaína americana	16
2.b.(3) Conclusão parcial.	17
2.c. Imigração ilegal	19
2.c.(1) Evolução das rotas.....	20
2.c.(2) Futuro e riscos	22
2.c.(3) Conclusões parciais	23
3. As ameaças e riscos estatais	24
3.a. Orientação da política espanhola no Magrebe nos últimos 50 anos.	24
3.b. O caso de Marrocos	26
3.c. O caso de Argélia.....	28
3.d. Os casos da Mauritânia, Líbia e Tunísia.....	29
3.e. O caso do Sahara Ocidental	30
3.f. Conclusão parcial	32
4. As oportunidades para Espanha provenientes do Norte de África.	33
4.a. As oportunidades de cooperação contra as ameaças não estatais	33
4.b. As oportunidades económicas	34
4.b.(1) A cooperação multilateral Norte - Sul	35
4.b.(2) A cooperação multilateral Sul - Sul	38
5. Conclusões.....	40



6. Bibliografia.....	43
Apêndice 1 – Entrevista com o Dr. Javier Jordán Enamorado.....	47
Apêndice 2 – Mapa do Grande Marrocos.....	49
Apêndice 3 – Territórios soberanos espanhóis no Norte de África.....	50



RESUMO

Espanha tem uma história comum com os países do norte de África, dessa proximidade surgem atritos e choques que chegaram até a ser guerras abertas no passado, mas também gera oportunidades de desenvolvimento económico, social, de infra-estruturas e de uma convivência mais estreita e melhor.

Este trabalho pretende explorar a possibilidade de que os riscos e ameaças que Espanha sentiu no passado e que se materializam agora, de forma diferente, no presente possam ser manejados de maneira a converterem-se em oportunidades de negócio, em oportunidades de estreitar laços em matéria de segurança na luta contra ameaças comuns como o terrorismo islamista, o tráfico de drogas e a imigração irregular e em massa.

Esta comunidade de interesses tem o potencial de gerar uma confiança mútua entre os governos de forma a poder criar, a médio prazo, o “colchão de interesses” que há tanto tempo se está procurando, chegando a uma situação que garanta a estabilidade e as boas relações regionais que permitam, além disso, um completo desenvolvimento económico e social a sul do Mediterrâneo.

Os reptos são muitos mas a oportunidade de atingir o sucesso, ainda que difícil, não se deve perder novamente.



ABSTRACT

Spain has a common history with the North African countries, from that closeness emerge friction and impact, that have reached open warfare in the past, but also creates opportunities for economic, social, infrastructure development and a closer and better living.

This paper aims to explore the possibility of risks and threats that Spain has felt in the past, now materialized in a different way, that can be managed in a way that they turn in business opportunities, opportunities for closer ties in security issues like the fight against common threats such as Islamist terrorism, drug trafficking and massive irregular migration.

This community of interests has the potential to generate mutual trust among governments in ways that might create, in the medium term, "cushion of interests" that for so long was being sought, leading to a situation that ensures stability and good regional relationships that will promote, in addition, a complete economic and social development in the southern Mediterranean.

There are a lot of challenges but the opportunity to succeed, although difficult, should not be lost again.



PALAVRAS-CHAVE

Al Qaeda

Argélia

Espanha

Imigração

Líbia

Magrebe

Marrocos

Mauritânia

Sahara

Segurança

Terrorismo

Tráfico de drogas

Tunísia

União Europeia



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AQMI	Al Qaeda no Magrebe Islâmico
EUA	Estados Unidos da América
MD	Diálogo Mediterrâneo (<i>Mediterranean Dialogue</i>)
POLISARIO (Frente)	(Frente) pela Libertação da Saguia el Hamra e Rio de Oro
OUA	Organização da Unidade Africana
UA	União Africana
UE	União Europeia
UAV	Avião sem piloto (Unmanned Air vehicle)
UMA	União do Magrebe Árabe
UPM	União pelo Mediterrâneo
RASD	República Árabe, Saharáui Democrática



1. Introdução ao tema e definição do contexto da Investigação

Espanha tem uma situação geográfica que a converte numa ponte de continentes, civilizações, culturas e religiões. O Estreito de Gibraltar converte-se assim, nas palavras de Saul Cohen, numa “cintura fragmentada”. Uma área potencial de crise, de ameaças e de riscos que, durante a longa história comum, materializou-se em inúmeras ocasiões, sendo a primeira a invasão árabe da Península Ibérica em 711.

Mas os tempos evoluem. Os conflitos que eram autênticas guerras há um século, converteram-se em conflitos fronteiriços, políticos e sociais que se travam mais nas chancelarias do que nas frentes de batalha.

Esta mudança que nos traz uma situação de maior estabilidade não está isenta de riscos que provêm quase sempre, de actores não estatais que afectam, muitas vezes, por igual ambos os lados do Mediterrâneo.

No idioma chinês que é o veículo de comunicação da civilização mais antiga do mundo, as palavras "crises" e "oportunidade" representam-se pelo mesmo ideograma. Este é o repto: converter os riscos e ameaças em oportunidades de entendimento, desenvolvimento e bem-estar para todos os que habitam a bacia mediterrânea ocidental.

1.a. Justificação e importância da Investigação

As relações de Espanha com o Magrebe estiveram sempre condicionadas pela permanente proximidade que foi motivo de fricções e de entendimentos, de amizade e cooperação ou de guerras. Espanha e o Magrebe estão condenados a entender-se num mundo em que as economias se inter-relacionam e onde as empresas e os cidadãos andam à frente dos Governos.

As relações sofreram altos e baixos, mas é mutuamente necessário que o entendimento seja pleno, fazendo com que diminuam os pontos de fricção, que se aproximem posturas em tudo aquilo que nos une e que saibamos formar uma frente comum face às, cada vez, maiores ameaças que sentem ambos os lados do Mediterrâneo, sobretudo



a crise económica actual e o terrorismo. O facto de Espanha ser o país da União Europeia geograficamente mais próximo de África e um dos que teve relações mais duradouras com os países magrebins faz com que Espanha possa ser, por sua vez, líder nas relações multilaterais entre a UE e o Magrebe, conjuntamente com França, Itália e Portugal.

1.b. Objecto do estudo e sua delimitação

Vai-se ter em conta as realidades e as tendências em Marrocos, Argélia, Líbia, Tunísia, Mauritânia e o Sahara Ocidental e far-se-á referência às relações com outros países subsaarianos cuja relação com o trabalho é directa, principalmente Cabo Verde, Senegal e Mali.

Mas a parte mais importante do trabalho debruçar-se-á sobre Marrocos, Argélia e Mauritânia, zonas com as quais Espanha mantém relações mais estreitas e de onde provêm as ameaças e também as oportunidades.

Efectuamos as seguintes delimitações para a nossa investigação:

- Em termos temporais, analisar a história das relações regionais com Espanha, principalmente desde o século XX à actualidade;
- Fazer o estudo a partir da perspectiva de Espanha.
- Centrar o estudo em Marrocos, Argélia e Mauritânia por serem estes países os que têm uma má relação com Espanha, sem deixar de lado os casos de Tunísia e Líbia.

1.c. Definição dos Objectivos da Investigação

Face ao tema proposto, os objectivos da investigação consistem nos seguintes pontos:

- Analisar as ameaças estatais e não estatais que vêm do Norte de África
- Analisar os riscos de destabilização interna nos países do Norte de África e os potenciais conflitos inter-estatais regionais.
- Analisar de que forma Espanha pode agir nos actores regionais, estatais ou não estatais, para minimizar os riscos analisados e ganhar oportunidades de cooperação regional.



1.d. Metodologia da Investigação

A metodologia que nos propomos seguir na elaboração deste Trabalho de Investigação Individual (TII) tem como base as seguintes etapas:

1ª Etapa - Definição da Questão Central, ou Pergunta de Partida.

“Pode Espanha mediante medidas económicas, sociais, de segurança e políticas reduzir os riscos que provêm do Magrebe, principalmente terrorismo, tráfico de drogas e seres humanos e imigração ilegal, e converter estas ameaças em oportunidades para melhorar a relação Norte - Sul mas também Sul - Sul fazendo com que se incremente a cooperação em todos os âmbitos entre os países magrebinos, gerando a longo prazo uma área de estabilidade que seja a “zona colchão” do sul da Europa?”.

2ª Etapa - A Exploração.

Efectuar uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Nesta fase, após das leituras efectuadas, podem-se enunciar as seguintes Questões Derivadas:

QD 1. Quais são as características e natureza das ameaças não estatais, nomeadamente, terrorismo, tráfico de drogas e imigração ilegal, que vêm do Norte da África e como podem afectar a Espanha?

QD 2. Quais são os riscos internos que enfrentam os países do Norte de África e, em especial, os relativos ao islamismo radical e involução militarista e como podem afectar a Espanha?

QD 3 Quais são os conflitos latentes inter-estatais que são potenciais perturbadores regionais tanto entre os países do Norte de África como entre estes e os europeus e como podem afectar a Espanha?

QD 4 Pode Espanha, mediante acções políticas, económicas, militares e sociais, fazer face aos riscos e ameaças e convertê-los em oportunidades?

3ª Etapa - A Problemática.

Efectuar a avaliação das leituras efectuadas, de forma a confirmar ou reformular a Questão Central e Questões Derivadas, bem como rever e desenvolver o quadro conceptual da investigação.



4ª Etapa - A construção do Modelo de Análise.

Com a intenção de obter uma resposta à Questão Central, através das respostas parcelares às Questões Derivadas, que satisfaça os objectivos definidos para a investigação, procederemos à construção de um Modelo de Análise, que sirva de modelo de interpretação das ameaças e oportunidades que Espanha apreende no Norte de África. Utilizar-se-á o método hipotético-indutivo modificado para, a partir dos factos observados, procurar respostas às questões derivadas sem prévia formulação de hipóteses.

5ª Etapa - A Observação.

Nesta etapa visaremos submeter o Modelo de Análise aos factos através da observação dos dados definidos pelas Variáveis. Os instrumentos de observação a utilizar no nosso trabalho serão a leitura de bibliografia disponível sobre o tema em estudo e a análise da imprensa regional.

6ª Etapa - A análise das informações.

Pretende-se, nesta etapa, verificar se os resultados observados correspondem aos esperados pelas Hipóteses, ou seja, se os pontos de convergência e divergência das ameaças e oportunidades que Espanha percebe no Norte de África permitem estabelecer padrões de continuidade e descontinuidade da situação conforme postulado.

7ª Etapa - As conclusões.

A investigação terminará com a resposta à Questão Central, executando uma prospectiva do futuro das possibilidades de Espanha para alterar a situação regional ganhando estabilidade e segurança a partir dos padrões estabelecidos.



2. Ameaças e riscos não estatais

Espanha manteve-se unida ao Norte de África por laços históricos e geográficos que deram forma a uma relação estreita que foi mudando ao longo do tempo e que experimentou momentos de tensão e momentos de estreita cooperação entre os países. Em muito escassas ocasiões, ocorreu a possibilidade real de uma ameaça convencional contra Espanha, que, devido à grande diferença demográfica, económica, tecnológica, industrial e militar nunca se considerou como uma ameaça séria, mas nunca se pôde descartar tendo em conta alguns antecedentes que se analisarão.

A principal ameaça que, na actualidade, paira sobre Espanha tem um carácter difuso, não estatal e, por isso, bem mais difícil de detectar e de vencer. As ameaças não estatais que se percebem em Espanha são fundamentalmente três, o terrorismo, o tráfico de drogas e a imigração ilegal em massa. Nelas alguns actores estatais podem ter algum papel secundário mas o principal é representado por grupos privados com interesses políticos, económicos ou comerciais.

Destes grupos cabe destacar os terroristas que nas suas diversas modalidades e facções mantêm a permanente busca de satisfação dos seus interesses políticos, e nisto não há diferença entre os grupos yihadistas que procuram um estado islâmico ou inclusive o Califado Global. Os grupos de crime organizado que têm como tarefa principal o tráfico de drogas ou a introdução de imigrantes em Espanha ou o mais recente e inquietante tráfico de seres humanos, têm objectivos económicos. Tentou-se procurar conexões entre ambos os tipos de grupos, mas somente se podem determinar alguns contactos por interesse mútuo sem que se possa falar de uma conexão permanente entre terrorismo e crime organizado e muito menos de uma comunidade de interesses ou uma frente comum, o que facilita o estudo de ambos os fenómenos e também a luta contra estes dois problemas.



2.a. Terrorismo

O terrorismo fundamentalmente de raiz islamista é a maior ameaça que Espanha enfrenta e que, de facto, materializou-se em diversas ocasiões que se analisarão a seguir. Outro terrorismo de origem não religiosa é difícil de conceber actualmente, mas existiram casos que permitem mostrar e analisar a possibilidade do seu ressurgimento.

2.a.(1) Marrocos

O Islão marroquino tem profundas raízes e baseia-se numa visão tolerante e nos ritos sufis que, ainda que considerados incorrectos pelos puristas e heréticos pelos yihadistas, modelam o islão africano em geral e o magrebino em particular com posturas moderadas e alheias à violência (Tozy, 2000: 25).

Marrocos mantém pela sua própria estrutura de poder uma espécie de protecção contra o islamismo radical dado que o Rei é, ao mesmo tempo, Sultão, isto é, líder religioso ou *Amir al-Mouminin*, comendador dos crentes (Tozy, 2000: 28). O facto de que o chefe do Estado seja o fiador da ortodoxia religiosa fez com que, durante muitos anos, a oposição política marroquina tenha sido de raiz secular e marxista e, portanto, republicana e anti-religiosa. O próprio governo marroquino utilizou as correntes islamistas mais radicais e inclusive violentas, sobretudo no turbulento ambiente universitário dos anos 1960 e 1970, para reduzir a influência socialista e comunista entre as elites culturais do reino alauita (Tuquoi, 2002: 117).

Esta situação mudou nos últimos anos do reinado do Rei Hassan II e, sobretudo, depois da chegada ao poder do herdeiro, mais aberto e democrático, Mohamed VI em 1998. A chegada ao poder da USFP, o Partido Socialista marroquino, e a sua declarada obediência ao irregular, e escassamente legítimo, sistema de partidos marroquino supôs que as correntes islamistas marroquinas passassem a ser inimigos do Estado de forma que, a partir de 2003, com o primeiro grande atentado islamista em Marrocos se declarou uma guerra entre o estado marroquino e as, por enquanto, débeis células terroristas marroquinas.



Paralelamente, em 1971, fazia-se pública, através de uma longa e muito crítica carta dirigida a Hassan II que tinha por título “O Islão ou o Dilúvio”, uma corrente não violenta mas decididamente republicana e islamista que negava ao Rei de Marrocos o seu parentesco com o Profeta Mohamed e que apostava num sistema legislativo apoiado na Lei Islâmica, a Sharia. Trata-se de Justiça e Caridade cujo líder é o xeque Yassine e a organização que, ainda que ilegal, é tolerada no Reino tem vários milhões de seguidores e oferece serviços sociais onde o Estado não chega ou o faz deficientemente além de difundir a mensagem islamista (Tozy, 2000: 151). Justiça e Caridade mantém-se alheia ao terrorismo ou qualquer outra corrente violenta, mas muitos dos terroristas presos foram membros simpatizantes, nos seus começos, de Justiça e Caridade.

Mais recentemente a influência estrangeira, fundamentalmente saudita e paquistanesa trouxe para o reino alauita correntes de pensamento radical alheias à moderada escola malikí que é a tradicional em Marrocos. Esta influência estrangeira está na origem da chegada de imames estrangeiros às mesquitas e de professores às escolas, fundamentalmente sauditas e egípcios; mas este facto também tem a sua origem na chegada, nas últimas décadas do século XX, de membros de *Tablig* (Tozy, 2000: 211), um grupo missionário e ascético, não violento, de origem paquistanesa cuja expansão em África foi fulgurante, e tem sido uma das ferramentas fundamentais de expansão do islão em África e também na Europa (Kepel, 1995: 155).

Na actualidade, o terrorismo de raiz islamista marroquino encontra-se num estado letárgico dado que, depois do atentado de Casablanca de Maio de 2003, o principal grupo, que era o Grupo Combatente Islamista Marroquino (GCIM), formado por antigos combatentes no Afeganistão contra a presença soviética, estava débil e desestruturado, mas teve o potencial suficiente para levar a cabo o atentado que assassinou 43 pessoas, entre as quais quatro espanhóis (Vidal, 2004: 238).

A maioria dos potenciais ou verdadeiros terroristas uniram-se a AQMI, ainda que se considere que há poucos marroquinos neste grupo, e outros optam por levar a cabo acções independentes e autónomas sem a necessidade de um grupo maior que lhes dê cobertura material e ideológica.



2.a.(2) Argélia

O nascimento da Argélia independente está intimamente ligado à luta que a Frente de Libertação Nacional (FLN) livrou contra as forças francesas para as quais a luta dos argelinos era puramente terrorismo (Trinquier, 1963: 22). A visão do povo argelino das acções irregulares e clandestinas é, em consequência, diferente da do resto dos países do Norte de África e os argelinos estão mais inclinados a justificar a violência como meio para atingir os seus objectivos políticos (Gordon, 2007: 338).

A Argélia lutava pela independência, segundo o modelo da Tunísia e Marrocos¹, e sofreu uma guerra que bem pode ser classificada como uma guerra civil francesa. Os combates foram duma dureza extraordinária com acções de terrorismo por parte da FLN e com brutais acções de limpeza por parte do exército francês, sobretudo na capital Argel². A sociedade argelina ficou ferida e ainda hoje a relação entre argelinos e franceses e, em geral, europeus, continua difícil.

Mas a Argélia tem sido o cenário do surgimento dos primeiros grupos terroristas islamistas no Norte de África e tem sofrido uma nova guerra civil entre as forças armadas e os grupos islamistas que evoluíram desde a posição política do FIS (*Front Islamique de Santé*), vencedor nas eleições autárquicas de 1990, posteriormente declaradas nulas pelas forças armadas (Elorza, 2002: 298), até à AIS (*Armée Islamique de Santé*), ao GIA (*Groupe Islamique Armé*) e finalmente ao GSPC (*Groupe Salfiste pour le Prêché et le Combat*) (Lewis, 2003: 125). Os grupos mudaram em função dos resultados das lutas entre as lideranças e das diferentes formas de acção e visão religiosa das acções que executaram e, portanto, segundo a brutalidade das partes.

Mas todos os grupos desapareceram ou têm adoptado uma nova estratégia sob o novo nome de Al Qaeda na Terra do Magrebe Islâmico. Portanto, pode-se afirmar que, na Argélia, já não há qualquer grupo terrorista operativo fora da estrutura de AQMI (Escobar, 2010: 79).

¹ Tunísia e Marrocos conseguiram a independência sem luta no ano de 1956.

² A batalha de Argel, tem sido levada ao cinema e o filme do realizador Gillo Pontecorvo tem sido projectado como exemplo para todos os oficiais americanos destacados no Iraque em 2004.



2.a.(3) Al Qaeda na Terra do Magrebe Islâmico (AQMI)

Em Dezembro de 2006 o grupo GSPC mudou o nome pelo de Al Qaeda na Terra do Magrebe Islâmico, ou simplesmente Al Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI) ficando sob a alçada ideológica da organização Al Qaeda após a aprovação da liderança da organização nas montanhas de Waziristão no Paquistão. Em Janeiro de 2007, começava uma brutal campanha de atentados terroristas que, sob o novo nome, mostrou ao mundo a utilização de novas técnicas e procedimentos com uso de carro-bomba que não tinham sido empregues em Argélia anteriormente.

Parece que existe uma tendência por parte de AQMI para obter uma maior autonomia que lhe garanta a obtenção dos seus próprios meios pessoais e materiais, mas sobretudo, dos seus próprios objectivos alheios aos do “comando central” de Al Qaeda que está empenhado, quase exclusivamente nas operações em Paquistão e Afeganistão.

Mas a capacidade de projectar as acções de AQMI na sociedade espanhola é limitada já que, apesar de contar com uma ampla comunidade magrebina em Espanha entre a qual uma pequena minoria cooperaria com a Yihad Internacional, a cooperação das forças de segurança argelinas, mauritanas e marroquinas com as espanholas tornam difícil, mas não impossível, este perigoso cenário. Não obstante, a cooperação entre os serviços de informações dos países magrebins é deficiente e, às vezes, inexistente, dando-se o paradoxo de que informação crítica para a segurança de Marrocos ou de Argélia seja veiculada através de França ou Espanha, mas nunca directamente, já que não há relações abertas entre ambos os países (CESEDEN, 2007: 74).

2.a.(4) AQMI no Sahel

O Sahel é o nome que recebe a depauperada faixa de terra que separa a África Tropical, negra e animista-cristã, do Sahara norte-africano, árabe, berbere e muçulmano. Como todas as “cinturas fragmentadas”, lugares de fricção entre civilizações, etnias ou religiões, são espaços sujeitos a um conflito potencial ou real. Nesta região, travam-se os conflitos de Darfur no Sudão, as intermitentes rebeliões Tuaregue em Mali e Níger, os



conflitos entre a elite árabe e os *haratime* negros, de origem senegalesa em Mauritânia ou o conflito, longo e alargado, de Chade, que abala, periodicamente, as vidas de milhares de pessoas.

Esta zona está sendo afectada além disso, por pragas de gafanhotos, que são um autêntico desastre natural para os habitantes dessas terras, ou por secas que expandem paulatinamente as fronteiras saarianas para o sul, privando de pastos e de terras de cultivos tanto as nómadas como as populações sedentárias, gerando conflitos entre tribos pelo acesso à água e fomentando a violência extrema que obriga muitos a emigrar para o sul ou para o norte chegando às costas europeias em busca de uma vida melhor.

Um novo actor fez acto de presença no Sahel. AQMI tem as suas bases de treino no profundo Sahara, na ampla e vazia região fronteiriça entre Argélia, Mauritânia e Mali, onde terrorismo e contrabando unem as suas forças. Nesta zona AQMI levava a cabo tarefas logísticas, para abastecer-se de material e dinheiro, e efectuava o seu treino e doutrinação, mas nunca tinha levado a cabo ataques nesta zona para obter, como contrapartida, o tácito esquecimento dos Governos de Bamako e Niamey (Benchiba, 2009: 21). Isto mudou, já que, desde finais de 2008, se produziram sequestros em Níger e Mali que supõem uma mudança de atitude e uma tomada de posição beligerante na zona que gozava, até agora, da tranquilidade dos santuários terroristas e, por tanto, livre de acções terroristas.

No final de 2008, dois diplomatas canadianos foram sequestrados numa localidade de Níger. No dia 22 de Janeiro, quatro turistas europeus foram sequestrados na zona fronteiriça entre Níger e Mali. Não é a primeira vez que os terroristas islamistas sequestram turistas já que anteriormente, em 2003, sequestraram catorze turistas alemães na Argélia e, em 2007, na Tunísia dois austríacos. Ambos os grupos de turistas, salvo um cidadão britânico que foi assassinado em Maio de 2009, foram libertados em Mali depois de vários meses de cativo e a cobrança de um substancial resgate, sempre negado pelas autoridades ocidentais. É um facto que representa uma mudança, a primeira vez que um sequestro se produz em território não magrebino (Benchiba, 2009: 21).



Estas acções foram atribuídas a princípio a rebeldes Tuaregue, mas sabe-se que AQMI estava por trás dos sequestros. A hidra islamista estende-se para o Sul e também para o Norte. A chantagem com o Ocidente e a ONU³ é uma realidade cuja ocultação não nos livra da sua ameaça. O que acontece a milhares de quilómetros de distância não deve deixar-nos indiferentes, já que, nestes longínquos e quase inacessíveis lugares, se prepara nesta altura, o próximo golpe contra a nossa liberdade.

Nas terras do Sahel, está a travar-se uma batalha, que não se vê reflectida na imprensa, mas que está a gerar grande mal-estar entre os actores regionais. Argélia não esquece que o sequestro de 32 turistas alemães obrigou ao Governo de Berlim a pagar, ainda que nunca fora reconhecido publicamente, uma avultada quantia que serviu para financiar a AQMI e os atentados que sofreram, quase em exclusivo até agora, o povo e governo argelinos. Mais recentemente, o Mali viu suas relações diplomáticas com a Argélia e Mauritânia deterioradas, quando não cortadas, pela libertação de terroristas argelinos ou mauritanos detidos em prisões de Bamako e que os governos dos referidos países consideraram uma grave brecha aberta na frente contra-terrorista que se tinha chegado a formar no Magrebe e no Sahel (Benchiba, 2009: 22).

AQMI tem vontade de actuar fora da Argélia, mas nunca o fez, salvo em acções pontuais menores na Mauritânia, Tunísia e Mali. A sua "agenda" é primeiro nacional, segundo regional e, bem mais ambicioso e longínquo, mas perfeitamente possível, europeia afectando o território de Espanha, ou também e mais facilmente, interesses europeus em África. Os líderes de AQMI continuam sendo argelinos e ainda que tenha membros mauritanos em postos intermédios e marroquinos, malienses ou tunisinos nos degraus mais baixos está longe de ser um grupo "magrebino", ainda que tenha o potencial e quiçá a vontade para chegar a sê-lo. A facção de AQMI no Sahel é o ponto mais forte e os lugares onde treina e se fornece do necessário para a sua luta, é sem dúvidas, a zona que representa, hoje em dia, o maior risco para os interesses de Espanha (Escobar, 2010: 81).

³ Os diplomatas canadianos sequestrados em Níger eram parte da missão da ONU nesse país africano. No dia 14 de Dezembro de 2008, o Embaixador Robert Fowler, enviado da ONU em Níger, e um conselheiro também canadiano, foram sequestrados numa localidade a 60 quilómetros ao norte de Niamey, Níger.



2.a.(5) Outras áreas

Nos restantes países do Magreb, isto é Líbia, Tunísia e Mauritânia, a presença de células terroristas alheias a AQMI é residual e sempre escassa já que os desorganizados grupos locais têm sempre procurado a cobertura dum grupo que lhes dê prestígio e, sobretudo financiamento e apoio material nas suas acções. O caso do Grupo Islâmico Combatente Líbio merece uma ressalva já que se uniu a Al Qaeda central, mas não a AQMI, principalmente pela influência dos líderes desta organização líbia que ocuparam altos cargos na estrutura de comando nas montanhas de Paquistão, como Abu Laith al Libi, o número três de Al Qaeda que dirigia os combates de Al Qaeda e o Talibã contra a ISAF, até que caiu abatido por um UAV americano em Janeiro de 2008 no Waziristão.

Não obstante, o grupo líbio não dispõe de qualquer força no interior de Líbia nem representa uma ameaça para o regime de Kaddafi, já que os seus combatentes estão em prisão⁴ ou em Afeganistão (Gunaratna, 2003: 220).

No caso de Tunísia, qualquer grupo, violento ou não, de origem islamista foi, desde os anos 60, sistematicamente destruído por métodos nem sempre limpos. O partido islamista *Ah Nahda* teve contactos com Al Qaeda e alguns dos seus membros executaram acções espectaculares como o atentado contra a sinagoga da ilha tunesina de Djerba, em Abril de 2002, ou o assassinato do “Leão do Panshir”, Ahmed Shah Masud numa acção suicida em Afeganistão no dia 9 de Setembro de 2001, dois dias antes dos atentados de Washington e Nova York. Não obstante, considera-se que Tunes controlou os seus grupos radicais locais e nenhuma ameaça provém deste país que acolhe vários milhões de turistas europeus cada ano, o que constitui parte da chave do seu desenvolvimento económico.

Por último, não convém esquecer as ameaças que vêm directamente do comando central de Al Qaeda. Assim, no passado 14 de Dezembro de 2007, o número dois da Yihad internacional, o médico egípcio Aimar al Zawahiri, fez, uma vez mais, declarações, que foram publicadas num website yihadista, nas quais ameaça directamente a Espanha

⁴ Em Março de 2010, como medida de boa confiança promovida por Seif al-Islam, filho de Muamar el Kaddafi, Trípoli libertou 214 presos islamistas, incluindo 34 membros e três dirigentes do LIFG.



fazendo referência a Al Andalus. Convém saber que, por Al-Andalus, os islamistas radicais entendem a zona que se estende a Sul do rio Douro em toda a Península ibérica, isto é, uma zona que inclui aproximadamente 70% do território espanhol e 80% do português, circunstância esta que costuma ser esquecida pelos analistas internacionais (Arístegui, 2005: 136). Zawahiri na gravação áudio diz: "*Juramos por Deus que [...] não renunciaremos a [...] Al-Andalus, Ceuta e Melilla*". Acrescentava na sua declaração que "só há actualmente no mundo dois territórios ocupados por estrangeiros: Palestina e Ceuta e Melilla". Considerando os dois territórios como um só território, mas colocando esses territórios espanhóis ao mesmo nível da Palestina.

2.a.(6) Conclusão parcial.

Não resta dúvida que o terrorismo na sua variante islamista é a principal ameaça que provém do Magrebe e a que pode desencadear um maior desequilíbrio social e internacional em Espanha. A cooperação entre as nações ocidentais, principalmente os membros da UE e os EUA é crucial mas é bem mais importante a cooperação e o intercâmbio de informação com países como Marrocos e Argélia, países origem dos principais ataques contra pessoas e interesses espanhóis até agora.

A cooperação directa com os países do Sahel, sobretudo com Mali revelou-se crucial já que se demonstrou que os espaços vazios do triângulo formado por Mali, Níger e Sul de Argélia são o principal ponto de treino e financiamento do grupo que representa a principal ameaça para a segurança do sul da Europa, AQMI.

Pode dizer-se que a cooperação em matéria contra-terrorista entre Espanha e os países do Magrebe é óptima e está baseada na percepção de uma ameaça comum, mas é necessária e urgente, para atingir a máxima eficácia, uma cooperação mais ampla entre os próprios países do Magrebe já que, por exemplo, Marrocos e Argélia estabelecem toda a sua cooperação pelo intermédio de França ou Espanha perdendo-se assim oportunidades operativas e gerando fissuras na frente contra-terrorista.

As referências ao Al Andalus não são consideradas como uma grande ameaça, e bem mais como propaganda, mas o facto de que a liderança de Al Qaeda compare as



ciudades espanholas à Palestina⁵, cria um perigoso precedente já que une os destinos de ambas as cidades ao de Palestina que tantas paixões desperta no mundo árabe e muçulmano.

⁵ Uma comparação similar entre as cidades espanholas e Palestina já tinha sido feita anteriormente pelo Rei de Marrocos Mohamed VI numa declaração pública em 2005.



2.b. Tráfico de drogas

O tráfico de drogas foi um dos negócios mais lucrativos do mundo desde que a ONU, por indicação e pressão dos Estados Unidos de América, declarou a proibição oficial do consumo de drogas, sendo anteriormente tão só um negócio legal de escassa facturação. Mas depois desta mudança, os costumes tradicionais de algumas nações foram criminalizados convertendo assim o consumo tradicional de haxixe no Norte de África num delito. O seu cultivo, deixou de servir para alimentar um mercado local para passar a ser o cobiçado objectivo de grupos mafiosos, muitos deles apoiados por homens de negócios e inclusive pessoal da administração nacional ou local, nos países do Norte de África, principalmente Marrocos que viu como o vale de Ketama, no Norte, mudou numa zona de proveitoso mono-cultivo (Chine, 2009: 32).

Além disso, a pressão dos países ocidentais, tanto norte-americanos como europeus, fez com que as máfias do tráfico de cocaína sul-americana, principalmente colombianos, venezuelanos, mexicanos e, ultimamente, brasileiros, tenham procurado e encontrado novas rotas, mais longas, mais caras, mas mais seguras para fazer chegar a cocaína à Europa, ainda que já se tenham detectado grupos que transportam a cocaína desde América do Sul até Austrália via África do Sul.

2.b.(1) Haxixe

A cannabis é a droga de cultivo e consumo mais estendido no mundo, mas, quiçá por isso, não existem cálculos aproximados fiáveis sobre a sua produção. Da planta da cannabis extraem-se diversos produtos, como as folhas de maconha ou o mais conhecido e de maior consumo, a resina de haxixe. A planta cultiva-se em grandes extensões em todo o mundo produzindo um aumento da produção doméstica, em países como Cazaquistão, Afeganistão, México, Líbano, Paraguai ou África do Sul. Também existe em países ocidentais, como os EUA ou Holanda, mas quase 50% da produção mundial concentra-se em Marrocos, e, concretamente, na zona Norte.



Desde finais do século XX, há uma tendência de aumento na produção e tráfico de cannabis em todo o mundo que mantém o cultivo marroquino entre os mais altos do mundo, enquanto em países como Argélia ou Tunísia a produção é praticamente nula apesar das condições climáticas serem idênticas.

As capturas de resina de haxixe registam a sua mais alta quantidade em Espanha, em concreto 50% da totalidade apreendida, em 2007 (UNDOC, 2009: 102), já que neste país se situa o começo da rota, principalmente para os mercados europeus, desde os campos de cultivo e os seus laboratórios. As apreensões em Marrocos situam-se nos 9% (UNDOC, 2009: 102), o que representa uma quantidade muito baixa para a alta produção deste país norte-africano no qual não se desmantelou nenhum laboratório de elaboração nos últimos dez anos.

Estes factos põem em evidência a escassa eficácia das autoridades marroquinas na luta contra a produção e o tráfico desta droga apesar das medidas que, teoricamente, estão implantando as autoridades locais para este fim. As autoridades marroquinas não levam a cabo as medidas adequadas e, segundo muitos indícios e alguns relatórios dos serviços de informações, agentes policiais, judiciais e outras autoridades políticas estão implicados no negócio da droga o que dificulta e, inclusive impede, a eficácia da luta em concorrência com estes interesses pessoais (Chine, 2009: 32).

2.b.(2) Cocaína americana

Espanha tem o triste recorde de ser o segundo maior consumidor de cocaína do mundo, após dos Estados Unidos (UNDOC, 2009: 243). Por outro lado, as autoridades espanholas capturaram a maior quantidade de cocaína no período de 2002-2007. É por isso lógico que os cartéis da droga sul-americanos tenham fixado o seu interesse em Espanha e tenham feito de Espanha a sua base de operações para a distribuição da cocaína cultivada em países como Colômbia, Venezuela ou Peru, e ultimamente também no México e Brasil. Devido aos sucessos judiciais e policiais na luta contra o narcotráfico que ocorreram nos últimos anos e à cada vez mais estreita cooperação entre países da UE e, sobretudo com os EUA, os cartéis modificaram o seu *Modus Operandi* deslocando os seus centros de



distribuição mais a sul, para o Magrebe e, inclusive, para a costa de África Ocidental e os espaços vazios e desertos de Mali.

A cocaína atingiu, a seguir ao petróleo, o mais alto valor das exportações de África Ocidental para a Europa nos últimos meses. A coca, que constitui a base da droga, não se cultiva ali, mas as redes entre os barões da droga de Colômbia e Venezuela e os seus sócios comerciais de África Ocidental estabeleceram complexas e lucrativas operações de transporte ao longo do litoral ocidental de África. Voos transoceânicos que não têm plano de voo e aterram em bases militares, apreensões de droga que desaparecem sob custódia policial e a atraente presença de pessoas sul-americanas fazendo ostentação de um ritmo de vida impossível para os locais e que mantêm estreitos contactos com as autoridades locais são indícios que mostram a que ponto se chegou em Guiné-Bissau que se converteu num “narco-estado” onde os cartéis chegaram a controlar o governo e as Forças armadas e de segurança da antiga colónia portuguesa (AC 2007: 5).

Outros estados frágeis têm também a possibilidade de ser vítimas da pressão dos cartéis sul-americanos. Assim, Mali foi testemunha da aterragem duma Boeing cheio de 10 toneladas de cocaína numa pista de aterragem fora de uso em Gao, numa zona desértica, sob o controlo dos rebeldes Tuaregues (AC 2009: 4). Estes factos são prova dos estreitos contactos entre os cartéis de narcotráfico e as administrações de países fracos ou falidos e grupos rebeldes e, talvez, terroristas cuja cooperação ou “autorização” é necessária para trasladar toda a droga até ao território europeu (AC 2007: 6).

2.b.(3) Conclusão parcial.

O tráfico de drogas é um dos principais pontos de cooperação entre as forças de segurança do norte e sul do Mediterrâneo. As políticas comuns da UE e os acordos bilaterais entre Marrocos e Espanha desenvolveram uma política coerente de luta contra este fenómeno.

Lamentavelmente, a aplicação destas medidas faz com que o campo de cooperação entre Espanha e Marrocos se fique só por uma tentativa de pouca eficácia e que, só depois



de um rigoroso controlo interno por parte das autoridades judiciais e policiais marroquinas, poderá dar os frutos esperados.

Entretanto, a cooperação contra o tráfico de drogas não é mais do que uma postura nos mais altos níveis das administrações nacionais e não tem o potencial de estreitar as relações de cooperação entre ambos os países.



2.c. Imigração ilegal

A fronteira entre Espanha e Marrocos apresenta hoje a maior diferença de rendimentos de todo o mundo à excepção da das duas Coreias, que é uma fronteira fechada. Esse desequilíbrio é a causa fundamental do dramático problema migratório, mas representa ao mesmo tempo uma grande oportunidade para os povos do sul pelo enorme potencial de desenvolvimento que supõe (Choukrane, 2009: 11).

A imigração converteu-se neste começo de século, sem nenhuma dúvida, no fenómeno social de maior importância ocorrido em Espanha nas últimas décadas, de maneira que nos próximos anos será, juntamente com a superação da crise económica, o maior desafio que terão de enfrentar governos, instituições e sociedade no seu conjunto. Os imigrantes mudam de vida procurando um futuro melhor e melhores condições de vida para eles e as suas famílias, um futuro de progresso e dignidade. É tarefa de todos fazer com que a sociedade multiétnica que se está a formar, faça-o do melhor modo possível para todos, estrangeiros e espanhóis.

A imigração tem a sua origem em dois factores, por um lado a baixa natalidade espanhola que situou o país ibérico no final da lista de crescimento da UE. O outro factor é a degradação das condições de vida, económicas, sociais e de segurança nos países de origem. A imigração em Espanha tem três origens geográficas com um nível muito diverso quanto à quantidade e à facilidade de integração; assim, a maioria dos imigrantes são de origem sul-americana e integram-se com facilidade na sociedade espanhola dada a facilidade de idioma, religião e costumes; há uma imigração cada vez mais minoritária proveniente dos países de Leste da Europa e finalmente, a segunda mais numerosa e a que apresenta, em geral, mais dificuldades de integração é a africana, que, por sua vez, pode dividir-se na subsahariana e na magrebina, sendo esta última, e em concreto a de origem marroquina, a maioritária quanto à nacionalidade, ultrapassando, desde há alguns anos, o milhão de pessoas com residência legal em Espanha mas sendo muito maior em termos reais.



O principal problema que gera a imigração é o aumento da competitividade social pelos escassos empregos e o risco que surjam correntes xenófobas conjuntamente com a marginalidade e a delinquência que podem estar ligadas à imigração quando é em massa e fora dos caminhos legais.

A imigração e as diversas propostas de solução que se puseram em prática e que foram propostas desde os anos 80 pelos diversos governos em Espanha requerem um acordo prévio com os governos dos países de origem. Neste sentido, o Governo espanhol assinou nos últimos dez anos acordos com a maioria dos países emissores de imigrantes, inclusive Marrocos e Mauritânia. Estes acordos facilitaram a readmissão de imigrantes ilegais que são repatriados desde Espanha e, através dos serviços consulares espanhóis, facilitaram a documentação relativa a contratos em Espanha, antes de empreender uma viagem incerta, perigosa e ilegal (Choukrane, 2009: 24).

A União Europeia empreendeu também acções similares tomando como exemplo a iniciativa espanhola e estabelecendo escritórios de emprego na origem, como é o caso dos escritórios fixos da UE em Bamako, Mali ou em Mauritânia, tratando de dissuadir os potenciais imigrantes das penosas condições que podem supor a sua perigosa viagem para o incerto (Moré, 2005: 4).

2.c.(1) Evolução das rotas

O fenómeno migratório do sul do Mediterrâneo para Espanha começou nos anos 80 e foi mudando de forma reactiva em função das medidas tomadas pela administração espanhola e, posteriormente, pela UE. A maior parte dos imigrantes eram marroquinos e de outros países magrebins, mas, desde os anos 90, a tendência foi a de que a maior parte dos imigrantes sejam originários da África subsahariana. A primeira rota foi a do Estreito de Gibraltar que, em pequenas embarcações chamadas “*pateras*” e depois de um abusivo contrato ilegal com as máfias da imigração, lhes garantiam o desembarque nocturno numa desconhecida praia depois de um trajecto em escassas condições de segurança que geraram muitas vítimas mortais. As autoridades espanholas incrementaram o controlo das águas do Estreito e estabeleceram um sistema de vigilância electrónico que permitisse um alerta antecipado que permitisse ao mesmo tempo detectar a chegada de imigrantes em condições



ilegais e evitar as crescentes mortes no estreito pelos cada vez maiores naufrágios. Esta tática dissuasória demonstrou rapidamente a sua eficácia.

Como reacção ao desenvolvimento do dispositivo de vigilância no Estreito com o sistema de vigilância exterior da Guardia Civil (SIVE), modificaram-se as tendências da imigração, passando a ser maioritariamente nas Canárias. A rota do Estreito continuou activa com um ritmo muito menor, salvo os espectaculares assaltos à fronteira de Melilla ou Ceuta em 2005 e 2006 de escasso impacto no saldo migratório mas que serviu para sensibilizar a opinião pública espanhola e europeia e fortalecer, como consequência, o esforço e a cooperação marroquina de luta contra a imigração que provocou, inclusive, o deslocamento para as fronteiras de Ceuta e Melilla de dois batalhões do Exército bem treinados que se estendiam pelos muros defensivos do Sahara. A eficácia do dispositivo marroquino foi total, conquanto os seus procedimentos foram absolutamente reprováveis⁶.

Em reacção, iniciou-se a chamada Rota das Canárias que, utilizando os mesmos procedimentos com uns barcos chamados “*cayucos*”, começou a ir de Mauritânia ou do Sahara Ocidental, sob controlo militar marroquino, até às Canárias, o que provocou o início de uma operação militar, ainda em curso, como apoio às Forças de segurança mediante meios navais da Armada e aviões de patrulha marítima que, baseados na Mauritânia, Cabo Verde e Senegal dissuadiam e procuravam os barcos que transportavam os imigrantes para as Canárias (Moré, 2005: 3).

O sucesso da operação provocou uma reacção das máfias que organizam os envios de imigrantes, ampliando a área em que operavam, passando por águas de Cabo Verde, aumentando assim a duração do trajecto, e consequentemente a sua periculosidade, fazendo com que o dispositivo espanhol fosse insuficiente e que a UE tomasse a seu cargo a operação, com a ampliação de meios aéreos e, sobretudo, navais, de outros países da UE.

⁶ Relatórios de informações informam da morte por arma de fogo de 50 imigrantes subsaharianos em território marroquino próximo à fronteira de Melilla.



2.c.(2) Futuro e riscos

As esperanças de obter uma vida melhor e a imigração associada a este desejo, compartilhado por milhões de pessoas que sofrem nos países do sul, são inevitáveis. As medidas policiais e judiciais são só uma solução passageira para ordenar o fluxo imigrante para uma Europa envelhecida que precisa de mão-de-obra. A UE está decidida a reprimir a imigração ilegal e, já em 2005, fundou a agência FRONTEX, que se encarrega de organizar a cooperação operativa entre os países membros no que respeita à segurança das fronteiras exteriores. A liberdade de circulação interior só é possível caso se realizem controlos eficazes e efectivos em todas as fronteiras primeiramente na UE. A UE vai ter um maior protagonismo e as normas da UE vão ser cada vez mais estritas (Díez, 2009: 21).

No futuro, espera-se uma maior cooperação dos países magrebinos no controlo dos fluxos migratórios que devem coordenar-se com um esforço de ajuda ao desenvolvimento de forma que, futuramente, as esperanças que adivinham na opulenta Europa, possam encontrá-las à porta da sua casa.

Inclusive num país como Espanha que, conjuntamente com Portugal, conta com os índices de tolerância para as minorias étnicas mais altos da EU, existe um risco de que, ante a escassez de postos de trabalho e a fácil difusão de ideias xenófobas, se gere um aumento das opções políticas contrárias à imigração e à presença de estrangeiros. É um risco que, apesar de ser uma ideologia alheia à história política e à tradição espanhola, não pode descartar-se depois de comprovar o sucesso que estão tendo noutros países europeus.

Um risco que não afectou especialmente a Espanha nos últimos anos, mas cuja tendência existe em toda a UE é o tráfico de seres humanos, que pressupõe o deslocamento, contra a vontade do sujeito, geralmente associado às redes de prostituição, trabalho escravo e mercado de órgãos que provém, na actualidade, do Extremo Oriente e de Europa do Leste, mas que, segundo parece, poderia deslocar-se para o sul e fazer com que, portanto, Espanha seja de novo, em primeiro lugar, a porta para um tipo de crime especialmente repugnante e que gera uma quantidade enorme de benefícios.



2.c.(3) Conclusões parciais

A imigração gera uma grande unanimidade nas políticas nacionais, mas também, em sentido contrário, ao nível do “cidadão da rua”. A imigração é percebida como uma ameaça por Espanha e como uma oportunidade de desenvolvimento para os cidadãos magrebinos e de colaboração com a UE para os governos do sul. Até agora as políticas de ambos os lados do Mediterrâneo foram realistas e, ainda que não faltasse vitimação por parte, sobretudo, marroquina (Sánchez, 2004: 59), pode-se dizer que existe uma cooperação fecunda e útil para atalhar um problema cuja solução definitiva requer uma visão global a longo prazo, uma grande generosidade por parte do norte e uma maior responsabilidade do sul; o que está em via de melhorar-se a médio prazo e de conseguir-se a longo prazo.



3. As ameaças e riscos estatais

Na primeira década do século XXI, parece impossível um grave conflito interestatal e ainda menos, um no qual se veja implicada uma potência média ocidental, membro da OTAN e da UE, como Espanha, com algum país do Magreb. O caso de que este conflito pudesse ser de natureza militar parece, inclusive, mais remoto dado o diferencial tecnológico e militar existente. No entanto, as dinâmicas internas e as soluções desesperadas não parecem ser impossíveis. O breve incidente do ilhote Perejil, no verão de 2003, foi um aviso de que não ficam fechadas todas as portas a esta eventualidade que continua sendo, apesar de tudo, muito remota.

As relações bilaterais ou multilaterais que Espanha mantém com os países do Magrebe fazem descartar esta eventualidade com todos eles, salvo com Argélia e, sobretudo, com Marrocos com quem se mantêm diferenças, aparentemente insuperáveis pelas reclamações territoriais que Rabat mantém em relação aos territórios espanhóis no Norte de África, Ceuta e Melilla e as menos conhecidas ilhas de Chafarinas, ilhas de Alhucemas e Peñón de Vélez da Gomera⁷.

Finalmente, o contencioso do Sahara Ocidental, que está nas mãos da ONU, representa um potencial de conflito regional muito elevado, mas no qual Espanha ficaria com o difícil papel de árbitro sem ser implicada de forma directa, salvo se a ONU reclamasse o seu envolvimento como virtual potência administradora que, após 35 anos, continua sendo.

3.a. Orientação da política espanhola no Magrebe nos últimos 50 anos.

Espanha sempre demonstrou a falta de uma política global para o Magrebe e o mundo árabe em general. O protectorado espanhol no norte de Marrocos até 1956 e a administração efectiva do Sahara até 1976 fizeram com que a percepção magrebina e, em especial, marroquina de Espanha tivesse muitas caras, a maioria positivas.

⁷ No Anexo 3 mostra-se um mapa e uns dados básicos sobre estes territórios.



Os governos do General Franco orientaram a sua política exterior para conseguir ajudas externas, explodindo as tradicionais relações de amizade hispano-árabe. Durante a transição optou-se por uma política de equilíbrios alternativos, especialmente com Marrocos e Argélia, mas que foi sempre viciada pelo processo Saharáui e os Acordos de Madrid para a cessão “de facto” do Sahara a Marrocos, que acabou inclinando a balança claramente a favor de Marrocos.

Os primeiros governos socialistas, nos anos 80 e início dos 90, organizaram uma ambiciosa agenda exterior para o Magreb. Ainda que Marrocos seja o sócio prioritário durante a longa etapa socialista, tenta-se aplicar aos cinco países do Magrebe a mesma política exterior. Espanha assina o Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação com Marrocos em 1991, com Tunísia em 1995 e com Argélia, depois de um longo processo de negociação e demoras, em 2002. Com a entrada na Comunidade Europeia, dá-se em Espanha, com um novo peso internacional, um impulso nas relações comunitárias com o Magreb, mediante os investimentos directos das empresas espanholas, a cooperação para o desenvolvimento socioeconómico, o potenciar de embaixadas ou a criação de novas instituições de cooperação que permitem a Espanha converter-se num interlocutor imprescindível entre a União Europeia e o Magrebe.

A partir de 1996, não se muda o padrão geral mas observa-se uma maior aproximação à Argélia o que provoca a reacção de Marrocos, ao indicar-lhe que não é o actor principal no Magreb: em Novembro de 2003, celebra-se a Primeira Cimeira de Alto Nível entre Espanha e Argélia, tratando-se temas tão cruciais como o conflito do Sahara, o gasoduto Orã - Almería, a imigração ilegal ou o terrorismo islâmico. É a política de defesa “dos quatro D”, isto é, democracia, direitos humanos, desenvolvimento e diálogo político, que constitui nos nossos dias um dos acervos indiscutíveis da cooperação bilateral hispano - magrebino” (Del Miño, 2005: 92).



3.b. O caso de Marrocos

Marrocos é, sem dúvida, o país do Magrebe com o qual as relações foram mais intensas e estreitas durante os muitos anos de relações. Marrocos tem uma constituição como Estado de difícil precisão tanto na sua organização como na sua extensão geográfica. Por isso e para circunscrever o tema, far-se-á referência às relações desde a independência, em 1956, após 44 anos de protectorado hispano - francês que tiveram como resultado relações mais estáveis e menos submetidas aos caprichos dos líderes locais, garantindo a supremacia do Rei como chefe de um Estado com uma organização administrativa moderna, ainda que imperfeita (López, 2000: 145).

Um dos objectivos do país norte-africano foi sempre a construção do Grande Marrocos⁸, que inclui territórios espanhóis como Ceuta e Melilla e as ilhas Canárias; o Sahara Ocidental e também territórios de Mali, Mauritânia e Argélia que provocou alguns conflitos bélicos, como contra Espanha em 1958⁹ (Mariñas, 1988: 323) 1975¹⁰ (Mariñas, 1988: 527), contra Argélia em 1963¹¹, e a intervenção das forças armadas marroquinas em assuntos internos de Mauritânia a pretexto da estabilidade interna e da protecção contra a Frente POLISARIO em 1979.

As relações mantiveram-se sempre num equilíbrio instável que foi aproveitado pelas forças nacionalistas de ambos os países, impulsionados pela recordação de uma história comum por vezes tormentosa e por um imaginário geralmente negativo. Tanto em Espanha como em Marrocos é fácil acender os ânimos contra o vizinho através de uma imprensa que nem sempre actua com responsável sentido de Estado ou que, no caso

⁸ Segundo as teses de Al-lal El Fassi, líder do partido Istiqlal e um dos primeiros-ministros dos governos de Marrocos após a independência no ano de 1956. O mapa do contorno do Grande Marrocos que vem de: CESEDEN 2007: 16, mostra-se no Apêndice 2.

⁹ Entre Outubro de 1957 e Abril de 1958 umas “milícias descontroladas” atacaram as guarnições espanholas em Ifni e o Sahara. Marrocos nunca reconheceu oficialmente a sua participação, mas entre os prisioneiros capturados havia oficiais das Forças Armadas marroquinas. Uma operação conjunta combinada Hispano – francesa pôs fim ao conflito.

¹⁰ Entre 1973 e 1976 no Sahara Espanhol teve lugar uma serie de escaramuças entre as milícias da Frente POLISARIO e as forças espanholas. Unidades das Forças Armadas marroquinas atacaram também postos fronteiriços das forças espanholas no ano de 1975.

¹¹ A chamada guerra das areias teve uma duração de três semanas e foi ganha pelas forças marroquinas sem que a sua vitória representasse nenhuma modificação das fronteiras que não são reconhecidas pelas partes.



marroquino, é manipulada pelo Estado¹². Geralmente as notícias publicadas em Marrocos sobre Espanha têm uma orientação muito negativa (CESEDEN, 2007: 63).

Em relação a Ceuta e Melilla, ainda que tivessem sido utilizadas como oportuna arma de arremesso contra Espanha desde a assinatura do Tratado de Fez, em 1956, pelo qual Espanha finalizava o seu Protectorado, Marrocos nunca apresentou formalmente reivindicação alguma no Comité de descolonização da ONU. Portanto, Ceuta e Melilla e as suas dependências não figuram na lista de territórios não autónomos à espera de ser descolonizados (Del Miño, 2005: 139), como figuraram num determinado momento o Sahara Espanhol, já descolonizado ainda que de forma imperfeita, ou Gibraltar que continua na lista oficial da ONU.

Estas questões, somadas às benéficas relações que Marrocos mantém tanto com EUA como com a UE, fazem supor que Marrocos joga e jogará para manter a dupla atitude de reclamar subtilmente Ceuta e Melilla e cooperar com Espanha, já que uma atitude marcadamente hostil pode trazer-lhe mais riscos do que vantagens. A postura de Washington com respeito a Rabat é política e estratégica, procurando a estabilidade regional, o controlo do islamismo radical e a manutenção da estabilidade política em Marrocos, mediante reformas internas (López, 2000: 67). Em acordo com a sua política, os EUA assinaram um Tratado de Livre Comércio com Marrocos¹³ e concederam-lhe o estatuto de aliado preferencial fora da OTAN. Marrocos obtém assim uma forma de equilibrar a sua dependência em relação à EU, França e Espanha.

Apesar de tudo, a cooperação bilateral Espanha - Marrocos tem uma grande vitalidade também marcada pela cooperação cultural pela qual Marrocos é o primeiro receptor de bolsas espanholas para estudos e investigação, em número de Institutos Cervantes, em centros de ensino públicos espanhóis, em número de professores e alunos leccionando e estudando espanhol respectivamente e em colaboração universitária e assessorias linguísticas. (Del Miño, 2005: 56) o que constrói fortes relações entre as elites intelectuais e académicas marroquinas e espanholas.

¹² A imprensa marroquina não é livre. A censura ou sequestro de diários ou a detenção de jornalistas é frequente. A única agência de notícias, a oficial MAP, faz parte do Serviço de Informações do estado marroquino.

¹³ Marrocos é o segundo país árabe depois de Jordânia e primeiro africano a ter uma *Free Trade Area* com os EUA assinado em 2004.



3.c. O caso de Argélia

Argélia manteve tradicionalmente relações tensas com Espanha. A postura espanhola de aberto apoio a França na guerra da independência balizou uma animosidade que se agravou depois da mudança de 1962, em que Argélia se converteu em país soberano depois de uma dura e cruel guerra, apesar do imediato reconhecimento de sua soberania pelo Governo de Madrid. O mal-estar continuou a partir de 1969, devido à postura que manteve o regime de Argel, alinhado durante a guerra fria com a União Soviética, com respeito ao Sahara Espanhol e o seu apoio às milícias da Frente POLISARIO¹⁴ e, sobretudo, a partir do ano de 1973, aproximadamente¹⁵, pelo apoio político e material e a cobertura que prestava à organização terrorista ETA até grande parte dos anos 80. A partir dos anos 90, a situação mudou devido ao contrato que Espanha assinou com Argélia que converteu este país no principal fornecedor de gás natural de Espanha e que favoreceu o desenvolvimento de infra-estruturas como gasodutos ou o estabelecimento de voos regulares nas linhas aéreas nacionais ou o estabelecimento de uma linha de Ferry permanente entre Alicante e Orã.

Em Outubro de 2002, assinou-se o Acordo de Amizade, Cooperação e Boa Vizinhança com Argel, que retira protagonismo no Magrebe a Marrocos, já que se concedem concessões a petroleiras e construtoras espanholas, negocia-se o intercâmbio de dívida por investimento e se concedem créditos. Este acordo cristaliza em Novembro de 2003 quando se celebra a Primeira Cimeira de Alto Nível entre Espanha e Argélia.

Foi a partir de 2002, quando os intercâmbios comerciais e as relações políticas entre Madrid e Argel se estreitaram em reacção ao distanciamento de Marrocos e à necessidade espanhola de manter um aliado fiável no sul do Mediterrâneo que se deu cobertura aos interesses nacionais no Magrebe e ao que fosse ao mesmo tempo um elemento de cooperação em matérias de segurança, em especial contra a imigração e o terrorismo, ameaça que já havia tempo se vinha identificando como sendo de raiz argelina.

¹⁴ *Frente por la Liberación de la Saguia el Hamra y Rio de Oro*. Saguia el Hamra e Rio de Oro são as duas áreas em que ficou dividido administrativamente o antigo Sahara Espanhol.

¹⁵ Não está claro quando é que começaram as relações entre Argel e ETA mas há que supor que foi em 1973 quando, por instância da União Soviética, Argélia começou a ajuda aos grupos terroristas da Europa ocidental e nomeadamente de ETA.



Nas actuais circunstâncias e dadas as óptimas relações comerciais e políticas, não é previsível qualquer crise séria entre ambos os países, salvo a causada pela possível mudança da postura espanhola com respeito ao contencioso do Sahara Ocidental que geraria um esfriamento do actual clima mas nunca um incidente diplomático e menos ainda de segurança.

3.d. Os casos da Líbia, Mauritânia e Tunísia

As relações com a Mauritânia, Líbia e Tunísia foram historicamente boas e não se registou nenhum incidente diplomático ou de segurança de importância desde a independência destes países.

Inclusive nos tempos de maior complexidade e beligerância contra o Ocidente do regime de Kaddafi, Espanha manteve uma relação comercial e diplomática estreita, incluindo a negação do espaço aéreo nacional para o sobrevoo dos aviões que participaram na “acção de castigo” norte-americana de 1986.

As relações com a Mauritânia foram sempre boas, inclusive durante a época colonial do Sahara. Apoiaram-se decididamente todas as tentativas de democratização do regime de Nouakchott e estabeleceu-se uma relação muito estreita na luta contra a imigração que incluiu a presença permanente de meios aéreos e navais espanhóis em território do país africano. Nos últimos anos a cooperação contra-terrorista foi também muito intensa dado que Mauritânia é quiçá o elo mais frágil da luta contra AQMI e como prova disso, três cooperantes espanhóis foram sequestrados ali, em 2009.

As relações com Tunísia mantiveram-se sempre num alto nível nos aspectos político, económico e de segurança. Os vínculos entre ambos os países e os investimentos espanhóis em Tunísia, principalmente no sector turístico são frutíferos e não existe na actualidade nenhum elemento que possa indicar um potencial conflito entre ambos os países.



3.e. O caso do Sahara Ocidental

O Sahara Ocidental foi um claro elemento de instabilidade na região do Magrebe desde que Espanha cedeu a administração do território a Marrocos e Mauritânia nos Acordos de Madrid de 1975. O território foi colonizado por Espanha desde 1884 e delimitado geograficamente com França, entre 1886 e 1934. É rico em fosfatos e possui um dos principais bancos pesqueiros do Oceano Atlântico. Mas um dos factos essenciais para definir o conflito é que o Sahara nunca constituiu uma nação antes de ser colonizado e que o nacionalismo tanto Saharáui como marroquino surge nos últimos momentos do domínio de Espanha que procurava a independência dos seus territórios do domínio francês e espanhol.

Em 1963, a pedido de Marrocos, o Sahara ocidental foi incluído na lista de territórios do Comité Especial de Descolonização da ONU. Ainda que Marrocos o considerasse sempre como parte integrante do seu estado, o Tribunal Internacional de Justiça da ONU, assinalou em Outubro de 1975, de acordo com Espanha, que os habitantes do território tinham o direito de pronunciar-se sobre o seu futuro mediante um processo democrático (Piniés, 2000: 226).

Depois do precipitado abandono desta colónia em 1975 por parte de Espanha, tanto Marrocos como Mauritânia procederam à ocupação deste território, o que provocou que milhares de Saharáui se vissem obrigados a abandonar os seus lares e a deslocar-se até um lugar relativamente seguro situado fora das fronteiras do Sahara. Argélia foi o único estado que acolheu, num primeiro momento, estes grandes grupos de refugiados oferecendo-lhes, em torno do oásis de Tinduf, umas zonas onde instalar-se provisoriamente (Mariñas, 1988: 615). Em 1976, a Frente POLISARIO, criou a República Árabe Saharáui Democrática, (RASD), com o apoio de Argélia. Os confrontos entre a RASD e Marrocos desde 1980 a 1987 foram constantes e em 1988 Marrocos e o POLISARIO assinaram um Acordo que suporia o fim dos combates e o começo de um longo e infindável processo de paz que, apesar de não gerar mais combates não aliviou o sofrimento do povo Saharáui que continua privado do direito a pronunciar-se pela sua independência como reconheceu a ONU numa resolução.



A RASD foi reconhecida por 83 países e, ainda que alguns países tenham mudado de opinião em função das pressões de Marrocos ou Argélia, a quantidade manteve-se estável e inclui a maioria dos países africanos e a própria União Africana (UA), feito este que provocou a retirada de Marrocos como membro desta organização.

O contencioso aberto no Sahara fica à espera duma resolução do conflito mediante um referendo em relação ao qual Rabat sempre se opôs com receio de perder o território Saharáui, desde 1990 gera uma situação de tensão permanente entre Argélia e Marrocos que mantém ambos os países com as fronteiras fechadas e com as relações congeladas de forma que a cooperação, inclusive em matéria contra terrorista, seja inexistente.

Esta situação gera um potencial de conflito no Norte de África que não pode ser descartado. As negociações de paz levadas a cabo por mediadores nomeados pela ONU não obtiveram nenhum resultado e iniciativas viáveis e aceites pela comunidade internacional, como as de James Baker ou as mais recentes de Ross, foram recusadas por Rabat.

Além disso, as jovens gerações de Saharáui que começam a ter responsabilidades políticas ou militares na RASD e que não viveram a guerra de 1975 a 1988 e conhecem, portanto unicamente a desesperante vida dos campos de refugiados representam um risco potencial dada a sua natureza belicosa e os seus desejos de mudança, pelo que não se pode descartar o recrudescimento de um conflito que, se está agora adormecido, não foi até agora resolvido.

O papel de Espanha, que é referência para as posturas nacionais de alguns dos membros da UE ou dos países ibero-americanos, foi sempre de respeito e apoio às propostas e decisões da ONU. Manter o equilíbrio entre esta postura e as pretensões marroquinas foi sempre difícil no palácio de Santa Cruz¹⁶ e houve sempre a tentação, materializada na última legislatura, de alienar-se com as teses de Rabat.

¹⁶ Sede do Ministério de Negócios Estrangeiros de Espanha.



O potencial de conflito do contencioso do Sahara para Espanha é nulo, mas está-se a perder a possibilidade de criar as condições, mediante uma política neutral activa, de gerar uma solução justa e duradoura como fez Portugal com Timor em condições muito similares (Viqueira, 2003).

3.f. Conclusão parcial

Pode-se afirmar que, nas actuais circunstâncias, só Marrocos e Argélia têm o potencial, remoto em os ambos casos, de gerar uma crise interestatal. O conflito do Sahara Ocidental, no qual Espanha mantém a sua responsabilidade histórica e moral, mantém-se como um freio permanente a qualquer acordo regional e como o único potencial gerador de conflito bélico aberto na região

No caso de Argélia, devido à dependência energética de Espanha em relação a este país e à estrutura de poder argelina, baseada num sistema democrático formal sob o qual se perpetuam no poder os serviços de informações e as altas patentes militares, pode-se gerar, com a sua desejável queda, uma crise interna em Argélia com consequências desconhecidas.

Pode-se avaliar que não existe nenhum indício de possível incidente interestatal entre Espanha e qualquer país do Magrebe, salvo alguma acção política de pequeno alcance e dimensão provocado pelas reivindicações marroquinas sobre territórios soberanos espanhóis no Norte de África, mas que não vão ter nenhuma incidência a nível regional nem, a médio prazo, a nível bilateral.



4. As oportunidades para Espanha provenientes do Norte de África.

O rei Hassan II disse em certa ocasião que Espanha e Marrocos estavam condenados a entender-se. É uma afirmação realista e que se baseia na longa experiência de um astuto homem de Estado como foi o anterior monarca marroquino. Esta afirmação pode ser extensiva aos outros países do Magreb, conquanto, quando se misturam os interesses dos cinco países e os do povo Saharáui com os de Espanha, restam poucos espaços comuns. Não obstante, as ameaças não-estatais representam uma janela de oportunidade para estreitar laços de cooperação.

4.a. As oportunidades de cooperação contra as ameaças não estatais

Além da cooperação multilateral que vai ser assinalada no ponto seguinte, existe uma estreita, mas irregular relação bilateral em matéria de segurança entre Espanha e os países do Magrebe. A imigração e o terrorismo ocupam o lugar preferencial, mas, no entanto, nos seus aspectos práticos, existem aspectos que devem ser melhorados.

Em matéria de terrorismo, as relações entre os serviços de informações e policiais e os intercâmbios de informação são frequentes e fluidos, conquanto, com demasiada frequência, vêm-se afectados por assuntos alheios aos puramente de segurança, como os problemas políticos ou o difícil equilíbrio regional, sobretudo entre Argélia e Marrocos.

A cooperação contra a imigração ilegal realiza-se tanto no âmbito bilateral como no multilateral através, sobretudo, da UE que pretende ter um controlo único, através do Acordo Schengen¹⁷, e uma política migratória comum em todo o território da União, pelo que as políticas nacionais vão perdendo capacidade neste campo, sendo Bruxelas quem indica o caminho a seguir. Seria absurdo ignorar que Espanha, assim como outros países receptores netos de imigrantes, faz prevalecer a sua opinião nas normas comunitárias que passam a fazer parte da legislação nacional.

¹⁷ Acordo de controlo único das fronteiras assinado em 1985 por 5 países (Alemanha, França e BENELUX) ao qual aderiram Portugal e Espanha no ano de 1991. Na actualidade há 29 países membros, inclusive alguns que não são membros da UE.



A UE desenvolveu, durante um processo de vários anos, um plano exaustivo para combater a imigração ilegal. Espanha foi incorporando no seu sistema legal estas disposições legais da UE, incluindo o recente “Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo”, aprovado em 2008 e que unifica a política europeia nesta matéria.

Nas suas respectivas esferas de responsabilidade, o Conselho Europeu e a Comissão deram o impulso necessário para pôr em prática as medidas necessárias e a criação de uma agência de fronteiras da UE, FRONTEX, o que representa um passo primordial para levar a cabo, na prática, a política comum de imigração (Morei, 2005: 4).

Pode-se admitir que Espanha já não tem na sua mão a política de luta contra a imigração ilegal e que, salvo os acordos de repatriação assinados com os países magrebinos e a cooperação humanitária com Mauritânia, não existe uma verdadeira política nacional contra a imigração face ao Magreb.

Finalmente, na luta contra o tráfico de drogas, a acção multilateral é mais difícil de levar a cabo e mantêm-se umas margens de cooperação baixas no nível policial e aceitáveis no judicial. Para o combate do narcotráfico, Espanha aproveita-se mais da magnífica relação com os EUA do que da existente com os países do Magrebe que dedicam escassos recursos policiais à luta contra o tráfico de drogas, já que não é um problema que afecte, por agora, as conservadoras sociedades magrebínas

4.b. As oportunidades económicas

O melhor caminho para cimentar relações estáveis entre Espanha e os países do Magrebe é, sem dúvida, a criação de uma rede de interesses comuns que unam, não só empresas e governos mas também, e sobretudo, as populações de ambos os lados do Mediterrâneo. Isto só é possível mediante investimentos directos que gerem emprego e formação de mão-de-obra qualificada solucionando, ao mesmo tempo, o problema do desemprego, especialmente duro em algumas zonas de Argélia e Marrocos e criando uma infra-estrutura industrial e de serviços capaz de dar forma a uma sociedade moderna com autonomia suficiente para romper a dependência da ajuda externa, como sucede com



Mauritânia, do clima, como acontece em Marrocos, ou do preço dos hidrocarbonetos, como no caso de Líbia e Argélia (Ulled, 2009: 66).

Para dar forma a este novo panorama social, há que enfrentar muitas dificuldades, como umas infra-estruturas deterioradas e obsoletas, quando não inexistentes ou uma corrupção generalizada que provém, em muitos casos, do cume do sistema político – administrativo.

Mas além destes problemas estruturais, é preciso coordenar as actividades de cooperação económica e de desenvolvimento dos países da UE e de Espanha em concreto, com as quase inexistentes relações regionais, a cooperação Sul-Sul, que, baseada em desconfianças históricas e contenciosos políticos e territoriais, privam as economias e sociedades do Magrebe da oportunidade de um desenvolvimento conforme com o esforço que fazem.

Finalmente e como materialização das ilusões e esperanças num futuro comum entre Espanha e o Magrebe que gera entusiasmos, está a construção de um túnel por baixo do Estreito de Gibraltar que permitiria a circulação de mais de 10 milhões de passageiros por ano pelo projectado duplo túnel ferroviário de 40 km. de comprimento, 300 m de profundidade e cuja construção demoraria 10 anos e teria um custo de 30.000 milhões de euros. Foi um sonho, mas já é um projecto.

4.b.(1) A cooperação multilateral Norte - Sul

Existem vários organismos de cooperação multilateral que desempenham o papel de multiplicadores das relações entre os países do Norte, da UE e do sul, do Magreb. Estas organizações pecam muitas vezes por um paternalismo que faz com que sejam consideradas, às vezes, como neocolonialistas pelos países do sul. Entre as iniciativas mediterrâneas podem-se assinalar três. O Diálogo Mediterrâneo (MD) da OTAN, o Diálogo 5+5 que é multilateral e não adstrita a nenhuma outra organização supranacional e a União pelo Mediterrâneo - Processo de Barcelona (UPM) no âmbito da UE. Nas três organizações, Espanha tem tido um papel importante, quer no seu nascimento quer no seu desenvolvimento.



O MD da OTAN tem como função a modernização das forças armadas levando-as a padrões democráticos aceitáveis e, sobretudo, o intercâmbio de informação em matéria de contra-terrorismo, facilitando o diálogo entre os países da OTAN e os membros de estados africanos e asiáticos membros do MD e, sobretudo, entre estes últimos. O MD não tem uma actividade que seja de utilidade directa para o combate contra as ameaças descritas (Ayala, 2009: 25).

O Diálogo 5+5, também conhecido por Iniciativa 5+5, é um foro de diálogo informal no Mediterrâneo Ocidental que, desde 1990, reúne 5 países da costa Norte, Portugal, Espanha, França, Itália e Malta; com 5 países da costa sul, Argélia, Líbia Marrocos, Mauritânia e Tunísia (AI5, 2004: 7). O Diálogo 5+5¹⁸ é protagonizado, a nível político, pelos Chefes de Estado e de Governo, que se reuniram uma só vez em 2003, e pelos Ministros de Assuntos Exteriores com carácter anual, com uma interrupção de dez anos entre 1991 e 2001 motivada pela imposição de sanções internacionais contra Líbia. As actividades do Diálogo 5+5 sofreram também momentos de escassa actividade dada a sobreposição de tarefas em organismos similares, mas com um carácter mais formal. Além das citadas actividades de tipo político, há outras a nível sectorial onde esta iniciativa é mais dinâmica e prática. Assim, além de grupos de trabalho sobre Transportes, Parlaentos e Turismo, há também reuniões e actividades organizadas pelos Ministros do Interior, incluindo reuniões monográficas sobre Migração no Mediterrâneo Ocidental e uma de Ministros de Defesa sobre Segurança no Mediterrâneo Ocidental (Ortega, 2009: 44). Em matéria de defesa, levam-se a cabo actividades, inclusivamente exercícios combinados, navais, aéreos e de protecção civil, bem como iniciativas de formação como o Colégio de Defesa 5+5, um curso de alto nível para oficiais dos dez países, que iniciou as suas actividades no curso escolar de 2008-2009.

Ainda que este foro de diálogo gere um contacto pleno e uma confiança entre todas as administrações e sistemas de segurança e defesa dos países de ambas as costas mediterrâneas, a sua eficácia prática para combater as ameaças comuns é muito limitada.

¹⁸ O Diálogo 5+5 é também o único foro euromediterrânico no qual participa Líbia como membro de pleno direito, daí o interesse deste país em promover actividades no seu seio.



O processo de Barcelona, iniciado em 1995, no seio da UE tratava de estabelecer vínculos económicos e políticos entre as nações da costa sul do Mediterrâneo e a própria UE. Este processo incluía entre as suas zonas de interesse os Balcãs, Turquia e Médio Oriente. Esta distribuição geográfica não colocava o Magrebe em segundo plano, pois restava-lhe a importância relativa que esta zona tem nos dois foros anteriormente assinalados (Florensa, 2007: 33).

O Processo de Barcelona, que mudou o seu nome para Associação Euro-Mediterrânea, é uma iniciativa que estabelece as bases para uma nova relação regional. Na Declaração de Barcelona, os parceiros euromediterrânicos estabeleceram os três objectivos principais da Associação, conhecidos como "cestos" de tarefas. O primeiro é o dos Assuntos Económicos e Financeiros, para trabalhar pela prosperidade partilhada no Mediterrâneo, incluindo acordos bilaterais. O segundo é o Político e de Segurança impulsionando a promoção política, o bom governo e a democracia. O terceiro é o dos Assuntos Sociais, Culturais e Humanos procurando o intercâmbio cultural e o maior desenvolvimento da sociedade civil. O objectivo final¹⁹ era fomentar a Segurança e estabilidade no Mediterrâneo, mediante um acordo nos valores partilhados e iniciar assim um processo, a longo prazo, para a cooperação no Mediterrâneo e promover a democracia, o bom governo e os direitos humanos (Cenfor, 2001: 17).

A Associação Euro-Mediterrânea, foi relançada em Julho de 2008 como a União para o Mediterrâneo (UPM), em Paris, com o impulso do Presidente Sarkozy e com uma nova ambição nas relações aprovadas pelos ministros de Assuntos Exteriores euro mediterrâneos. A Associação inclui agora os 27 Estados membros da União Europeia, juntamente com 16 parceiros em todo o sul do Mediterrâneo e Médio Oriente (Bataller, 2007: 47).

O lançamento da UPM está destinado a incutir uma nova dinâmica à Associação e a elevar o nível político da relação estratégica entre a UE e os seus vizinhos do sul, mantendo o acervo de seu predecessor, a Associação Euro-Mediterrânea, a oferecer uma

¹⁹ Além dos objectivos declarados, a UE tratava de estabelecer uma política complementar à presença dos Estados Unidos no Mediterrâneo ganhando mais protagonismo.



gestão mais equilibrada, uma maior visibilidade perante os seus cidadãos e o compromisso de desenvolvimento de projectos regionais e multinacionais (Florensa, 2007: 34).

Algumas das inovações mais importantes da UPM incluem a rotação de co-presidência com um presidente da UE e um presidente que representa os parceiros mediterrâneos, e uma Secretaria permanente, com sede em Barcelona, que é responsável pela promoção de projectos de nível regional e sub-regional de interesse multinacional nos diferentes sectores (Kéfi, 2009: 50).

A UPM também identificou seis projectos prioritários que estão no centro dos esforços da União. Estes são, a descontaminação do Mar Mediterrâneo; a criação de vias marítimas e terrestres; iniciativas de protecção civil para lutar contra os desastres naturais e provocados pelo homem; um plano de energia solar do Mediterrâneo; a inauguração da Universidade Euro mediterrânea em Eslovénia e a Iniciativa de Desenvolvimento de Negócios Mediterrâneos que se centra nas pequenas e médias empresas e micro empresas.

O UPM tem uma actividade nomeadamente no âmbito social, cultural e económico e que concorrem, a longo prazo, para a estabilidade e segurança da região, mas não tem qualquer utilidade directa e a curto ou médio prazo para o combate contra as ameaças directas ou indirectas sentidas por Espanha (Díez, 2009: 28).

4.b.(2) A cooperação multilateral Sul – Sul

A única instituição de cooperação regional, patrocinada pela então OUA e agora pela UA²⁰, é a União do Magrebe Árabe (UMA) que, criada em 1989, nunca, salvo nos seus primeiros anos, foi capaz de gerar nenhuma actividade política ou económica verdadeiramente regional.

Na UMA, há um enorme contraste entre, de um lado Líbia e Argélia, dois países produtores de petróleo que dependem extremamente da exportação de hidrocarbonetos e, de outro, Marrocos e Tunísia, outros dois países pouco dotados de recursos naturais que,

²⁰ A UA é a organização herdeira da OUA mas com uma carta fundacional mais ambiciosa depois do impulso, em 2002 do líder líbio Muamar el Kadaffi.



no entanto, conseguiram construir duas economias bastante diversificadas. Se se juntar todos os sectores e produtos, Líbia e Argélia são os primeiros exportadores da orla sul do Mediterrâneo para a UE, com 27.300 e 21.100 milhões de euros, respectivamente. Mas se se excluir os hidrocarbonetos, Tunísia é o campeão quanto à exportação (6.700 milhões de euros), seguido de Marrocos (5.300 milhões de euros). A crise financeira e económica mundial poderia aprofundar esta “fractura económica”, em vez de fechá-la, o que tornaria mais hipotética a aparição de um conjunto regional integrado (Mahroug, 2009: 45).

4.c. Conclusões parciais

A cooperação que, entre Espanha e os países do Magreb, se efectua a nível bilateral no combate contra o terrorismo, a imigração ilegal e os tráficos ilícitos apresenta um saldo positivo, conquanto existe um amplo campo de melhoria. Em algumas destas políticas, como a da imigração, a iniciativa passou a ser quase exclusiva da UE pelo que a margem de manobra bilateral é escassa e sempre emoldurada pelas normas da UE. Os investimentos espanhóis nos países do Magrebe e a implantação de empresas espanholas a sul do Mediterrâneo, sobretudo em Marrocos e, no campo energético, em Argélia e Líbia criaram uma comunidade de interesses que gera confiança e objectivos partilhados.

As iniciativas multilaterais geram grandes expectativas, mas os seus resultados são mais bem escassos a curto e médio prazo quanto a promover a estabilidade e a segurança. A ausência de relações firmes e estáveis entre os países do Magrebe é quicá o principal entrave para o desenvolvimento regional e para aumentar a necessária estabilidade e a segurança.

Pode-se avaliar que as relações Sul-Sul são o grande entrave à estabilidade regional e que um esforço multilateral a longo prazo poderá ter como resultado a estabilidade que beneficiará directamente Espanha cuja margem de manobra continuará sendo escassa.



5. Conclusões

Uma abordagem estratégica global para a zona precisa de manter relações privilegiadas com todos os países do Magrebe e, sobretudo, com Argélia e Marrocos. A luta contra o terrorismo deve intensificar-se em vários âmbitos destacando-se o da inteligência, bem como o do trabalho tanto bilateral como através de organizações internacionais, aprofundando também áreas como a prevenção da proliferação de armas de destruição maciça²¹, a cooperação com as forças armadas e o seu controlo democrático.

Em termos regionais e apesar dos elementos diferenciadores internos do Magrebe é preciso trabalhar com mais afinco na resolução dos conflitos regionais, fundamentalmente o do Sahara Ocidental, e na luta contra o terrorismo, pelo que este tem de desestabilizador interno e de ameaça externa. Para isso deve-se impulsionar não só a política bilateral, mas também a multilateral no âmbito da União Europeia e da OTAN.

No âmbito económico, os problemas endémicos referidos, actualmente incrementados pela crise, não são de fácil resolução, mas Espanha deve cuidar muito das suas relações com três países, Argélia, Líbia e Marrocos, os dois primeiros pela sua importância estratégica como abastecedores de hidrocarbonetos e o terceiro pela sua importância comercial, os investimentos espanhóis nesse país e a sua vizinhança.

Também em relação ao assunto da imigração são necessários esforços redobrados para ter uma política exterior espanhola para a região mediterrânea clara a este respeito e cooperar para que a política migratória da União Europeia seja aplicada em toda a sua extensão.

Em termos de política interna espanhola, deve combater-se o multiculturalismo como uma tendência que fomenta o auto-isolamento, a marginalização e, inclusive, a radicalização, devem impulsionar-se políticas de integração claras e exigentes, devendo o

²¹ Os casos de Argélia e, sobretudo, Líbia já fazem parte da história e considera-se baixa a possibilidade de que se dêem casos de proliferação de Armas de destruição em massa no Magreb, conquanto a experiência de Líbia pode ser um magnífico modelo para o desmantelamento das infra-estruturas de outros países como Coreia do Norte ou Irão.



imigrante magrebino, árabe ou berbere e muçulmano, compartilhar valores básicos que permitam uma convivência sã no país, Espanha, que lhe garante direitos que não tem na sua terra e que lhe oferece um futuro estável para ele e a sua família. A falsa tolerância degenera em abusos e em tensão e confronto, pelo que há que trabalhar sem preconceitos e conseguir assim melhorar a segurança interna para todos.

Finalmente, a luta contra o terrorismo é e continuará sendo uma das grandes prioridades tal como demonstram os atentados suicidas cometidos em Casablanca, em 2003, Madrid, em 2004 e Argel, em 2008 que têm como vítimas cidadãos de ambos os lados do Estreito.

A inter-relação entre os grupos, redes e células terroristas, a sua ubiquidade a norte e a sul do Mediterrâneo e a sua ideologia yihadista requerem respostas globais. Espanha sofre de forma directa esta ameaça, tal como ficou demonstrado a 11 de Março de 2004 e como as contínuas e intensas ameaças de grupos desarticulados em Espanha continuam atestando. As ameaças procedentes do grupo AQMI são eloquentes e, além disso, provêm de um actor que, desde o seu anunciado nascimento, em Janeiro de 2007, demonstra que tenciona levar a termo as suas ameaças, fugindo para o flanco sul profundo do Sahel onde treina e fornece as suas células de materiais para poder atacar depois no norte, nos nossos próprios lares.

A questão central origem deste trabalho é: *Pode Espanha mediante medidas económicas, sociais, de segurança e políticas reduzir os riscos que provêm do Magrebe, principalmente terrorismo, tráfico de drogas e seres humanos e imigração ilegal, e converter estas ameaças em oportunidades para melhorar a relação Norte - Sul mas também Sul - Sul fazendo com que se incremente a cooperação em todos os âmbitos entre os países magrebinos, gerando a longo prazo uma área de estabilidade que seja a “zona colchão” do sul da Europa?* Finalmente e como resposta pode-se avaliar que, embora exista uma pequena possibilidade de coincidência de factores que favoreça a oportunidade de atingir o sucesso, considera-se que só é possível a longo prazo e não tendo Espanha e o seu Governo apenas uma pequena parte das ferramentas e que existe a possibilidade de que a confluência de terceiras potências ou factores, não considerados no trabalho, possam ser



um travão ao desenvolvimento e estabilidade do Magrebe e à comunidade de interesses com Espanha.



6. Bibliografía

Livros

1. ARÍSTEGUI, Gustavo de (2005). *La Yihad en España. La obsesión por reconquistar Al Andalus*. Madrid: La esfera de los libros.
2. CARO BAROJA, Julio, (1955). *Estudios Saharianos*, Madrid: CSIC.
3. CEMBRERO, Ignacio (2006). *Vecinos alejados. Los secretos de la crisis entre España y Marruecos*. Madrid: Galaxia Gutemberg.
4. CENJOR, Ángel (2001). *Las relaciones internacionales entre la UE y el Magreb*. Madrid: Cuadernos de la Escuela Diplomática.
5. CLARKE, Richard A. (2005). *Cómo derrotar a los yihadistas. Un plan de acción*. Madrid: Taurus.
6. BALTA, Paul, (2001). *El gran Magreb*, Madrid: Siglo XXI de España Editores.
7. ELORZA, Antonio (2002). *Umma. El integrismo en el Islam*. Madrid: Alianza Editorial.
8. FANON, Franz, (2007). *Los condenados de la tierra*. Méjico: Fondo de Cultura Económica.
9. FOUAD Allam, Khaled (2005). *Carta a un terrorista suicida*. Barcelona: RBA
10. GALULA, David (1963). *Pacification in Algeria, 1956–1958*. Santa Monica (EUA): RAND Corporation.
11. GORDON, April A. (2007). *Understanding contemporary Africa*. London: Lynne Rienner.
12. GUNARATNA, Rohan (2003). *Al Qaeda. Viaje al interior del terrorismo islamista*. Barcelona: ServiDoc SL.
13. JORDÁN, Javier (2004). *Profetas del miedo. Aproximación al terrorismo islamista*. Pamplona: EUNSA.
14. KASSIR, Samir (2006). *De la desgracia de ser árabe*. Córdoba: Almuzara.
15. KHANNA, Parag (2008). *El segundo Mundo*. Barcelona: Paidós.
16. KEPEL, Gilles (1995). *Al Oeste de Alá. La penetración del Islam en Occidente*. Barcelona; Paidós Ibérica.
17. KEPEL, Gilles (2001). *La yihad: expansión y declive del islamismo*. Barcelona; Península.



18. KEPPEL, Gilles (2004). *Fitna: Guerra en el corazón del islam*. Barcelona; Paidós Ibérica.
19. DEL MIÑO, Paloma González (2005). *Las relaciones entre España y Marruecos. Perspectivas para el S. XXI*. Madrid; Catarata.
20. LEWIS, Bernard (2003). *Las crisis del Islam. Guerra santa y terrorismo*. Barcelona: Ediciones B.
21. LÓPEZ García, Bernabé (2000). *Marruecos en trance. Nuevo Rey, nuevo siglo, ¿nuevo régimen?* Madrid, Biblioteca Nueva.
22. MARÍÑAS, Gerardo (1988). *El Sáhara y la Legión*. Madrid: San Martín.
23. PERRAULT, Gilles (1991). *Nuestro amigo el Rey*. Barcelona: Plaza & Janés.
24. PINIES, Jaime de (2000). *Memorias de un diplomático*. Burgos: Dos soles.
25. ROY, Olivier (2003). *El islam mundializado. Los musulmanes en la era de la globalización*. Barcelona: Bellaterra.
26. RUIZ MIGUEL, Carlos (1995). *El Sahara Occidental y España: historia, política y derecho. Análisis crítico de la política exterior española*. Madrid: Editorial Dykinson.
27. SANCHEZ Nogales, José Luis (2004). *El islam entre nosotros. Cristianismo e Islam en España*. Madrid: BAC.
28. TOZY, Mohamed (2000). *Monarquía e islam político en Marruecos*, Barcelona: Bellaterra
29. TRINQUIER, Roger (1963). *La guerra moderna y la lucha de guerrillas*. Barcelona: Herder.
30. TUQUOI, Jean-Pierre (2002). *El último Rey. El crepúsculo de una dinastía*. Madrid: Galaxia Gutemberg.
31. VERSTRYNGE, Jorge (2005). *La guerra periférica y el Islam revolucionario*. Barcelona: El viejo topo.
32. VIDAL, César (2004). *España frente al Islam. De Mahoma a Bem Laden*. Madrid: La esfera de los libros.
33. ZOUBIR, Yahia H. (1993). *International dimensions of the Western Sahara conflict*. London: Ed. Daniel Volman.



Monografias e Artigos de publicações em série

1. Africa Confidential (AC, 2007). Vol 48, Nº 18. 7 Setembro 2007. Londres.
2. Africa Confidential (AC, 2009). Vol 50, Nº 24. 4 Dezembro 2009. Londres.
3. (AI5) Autores del Informe 5+5 (2004). *5+5, la ambición de una asociación reforzada*. Barcelona: Revista Afkar/Ideas nº3 - Outono 2004.
4. AYALA, José Enrique de (2009). *La OTAN en el Mediterráneo*. Barcelona: Revista Afkar/Ideas nº23 - Outono 2009.
5. BATALLER, Francisco (2007). *Sarkozy y el Mediterráneo: ¿dónde está el valor añadido?* Barcelona: Revista Afkar/Ideas nº15 - Outono 2007.
6. BENCHIBA, Lakhdar (2009). *Sahel: nueva amenaza y viejos problemas*. Barcelona: Revista Afkar/Ideas nº23 - Outono 2009.
7. CESEDEN (2007). *Evolución geopolítica del Norte de África: Implicaciones para España*. Madrid: Ministerio de Defensa.
8. CHINE, Oualid (2009). *De los Asesinos a los 'yihadistas': pequeña historia de la droga en el Magreb*. Barcelona: Revista Afkar/Ideas nº23 - Outono 2009.
9. CHOUKRANE, Abdellah (2009). *Retos de la inmigración irregular*. Madrid: Monografía ESFAS.
10. DÍEZ Moreno, Fernando (2009). *La Europa de seguridad y defensa: entre Lisboa y el Mediterráneo*. Barcelona: Revista Afkar/Ideas nº23 - Outono 2009.
11. ESCOBAR Stemann, Juan José (2010). *Al Qaeda en el Magreb Islámico: del Sahel a España*. Política Exterior nº 134 Março/Abril 2010. Madrid.
12. FLORENSA. Senén (2007). *Límites del proyecto de Unión Mediterránea: hacia una nueva fase del Proceso de Barcelona*. Barcelona Revista Afkar/Ideas nº15 - Outono 2007.
13. KÉFI, Ridha (2009). *UpM: una asociación que respeta las diferencias*. Barcelona: Revista Afkar/Ideas nº24 Inverno 2009.
14. MORÉ, Íñigo (2005). *Las remesas de los emigrantes en España: una oportunidad para la acción exterior*. Madrid: Documento de Trabajo 3/2005 del Real Instituto Elcano.



15. MAHROUG, Moncef (2009). *Magreb: crisis mundial y 'fractura económica'*. Barcelona: Revista Afkar/Ideas nº23 Outono 2009.
16. ONU, Assembleia Geral (1960). *Resolução 1514 (XV)*. Nova Iorque, 14 de Dezembro.
17. ONU Conselho de Segurança (1991). *Resolução 690 sobre o Sahara Ocidental no 29 Abril* [Referência de 27 Fevereiro 2010]. Disponível na Internet em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/597/52/IMG/NR059752.pdf?OpenElement>
18. ORTEGA, Martín (2009). *Mediterráneo occidental: en busca de una estructura*. Barcelona. Revista Afkar Ideas Nº24 Inverno 2009.
19. UE (2008). *Pacto europeo de Inmigración y asilo*. Bruxelas, 24 Setembro 2008. [Referência de 1 Abril 2010]. Disponível na Internet em: <http://register.consilium.europa.eu/pdf/es/08/st13/st13440.es08.pdf>
20. UE (2009). *Método de seguimiento para supervisar la aplicación del Pacto Europeo sobre Inmigración y Asilo*. Bruxelas, 19 Junho 2009. [Referência de 1 Abril 2010]. Disponível na Internet em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2009:0266:FIN:ES:PDF>
21. ULIED, Agustín (2009). *Crisis en los países euromediterráneos*. Barcelona. Revista Afkar/Ideas nº23 - Outono 2009.
22. UNDOC (2009). *World Drug Report 2009*. Nova Iorque. [Referência de 27 Março 2010]. Disponível na Internet em: http://www.unodc.org/documents/wdr/WDR_2009/WDR2009_Statistical_annex_consumption.pdf
23. UNDOC (2007). *Cocaine Trafficking in Western Africa*. Nova Iorque. [Referência de 23 Fevereiro 2010] Disponível na Internet em: www.unodc.org/documents/data-and-analysis/Cocaine-trafficking-Africa-en.pdf
24. VIQUEIRA, Luis M. (2003) *El Sahara y las odiosas comparaciones*. Bilbao, Revista Arbil nº 74 [Referência de 23 Março 2010] Disponível na Internet em [http://www.arbil.org/\(74\)saha.htm](http://www.arbil.org/(74)saha.htm)



Apêndice 1 – Entrevista com o Dr. Javier Jordán Enamorado

O professor Jordán, da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Granada, é um frequente colaborador das Forças Armadas espanholas e um dos maiores especialistas em terrorismo yihadista em Espanha. A entrevista foi feita por correio electrónico entre 27 de Março e 4 de Abril de 2010. As questões foram as seguintes:

1. É AQMI a ameaça terrorista islamista mais importante para Espanha frente aos grupos autóctones, tipo 11-M, sem vínculos com AQMI?
2. Como é a colaboração em matéria contra-terrorista entre os serviços de inteligência, policiais e judiciais de Espanha e os diversos países do Magreb? E a cooperação entre os serviços dos países do Magreb?
3. Que possibilidades há de que surja um grupo terrorista islamista diferente de AQMI em Argélia ou em Marrocos e que seja uma ameaça para os interesses locais, regionais ou espanhóis na zona ou mesmo em Espanha?

O resumo das respostas é:

Em teoria, AQMI é a maior ameaça terrorista para Espanha porque numa possível acção os seus operativos poderiam ter recebido treino em fabricação de explosivos e em outras técnicas terroristas, e porque se trataria possivelmente de uma operação coordenada entre várias células, pelo que contariam com mais meios. No entanto, a maior parte das tentativas de atentado que houve depois do 11-M foram planificadas por grupos autónomos, salvo o dos paquistaneses em Barcelona em Janeiro de 2008. As redes de AQIM desarticuladas só se dedicavam a questões logísticas. Isto poderia significar que AQIM na prática não tem interesse ou capacidade real para atentar em Espanha, mas se têm possibilidade de actuar em Espanha, sem dúvida o farão e com toda a contundência possível.

A cooperação de inteligência é boa entre Espanha e os países do Magrebe e também com as potências que trabalham na área como França ou os EUA. Sobre a cooperação



policial há diferentes versões, mas em termos gerais é boa. Com respeito à cooperação entre eles, é muito deficiente entre Argélia e Marrocos e boa em termos gerais entre os restantes.

Sobre a possibilidade de que surja um grupo terrorista islamista diferente de AQMI em Argélia ou em Marrocos, seria em todo caso o surgimento de grupos pequenos auto-constituídos e sem mais apoio que o ideológico – religioso por parte de AQMI.

O yihadismo internacional não se encontra nos seus melhores momentos e inclusive AQIM sofre uma tendência decrescente em actividade operativa e em pessoal. Não parece provável que vá aparecer uma nova grande organização na região.

Apêndice 2 – Mapa do Grande Marrocos

Mapa da teoria expansionista de Al Lal El Fassi em 1956 segundo a publicação do CESEDEN *Evolución geopolítica del Norte de África: Implicaciones para España*. Madrid. Ministerio de Defensa. (2007).





Apêndice 3 – Territórios soberanos espanhóis no Norte de África

Mapa de elaboração própria que mostra os territórios espanhóis no Norte de África, nomeadamente as cidades de **Ceuta** (18,5 km²) y **Melilla** (12,3 km²), sob a Coroa de Espanha desde 1580²² e 1498 respectivamente.

Os territórios menores conhecidos como “peñones” são:

- **Ilhas Chafarinas**. É um arquipélago de três ilhas, de 0,525 km². São território espanhol, desde 1848.
- **Peñón de Alhucemas**. É um arquipélago de três ilhas próximas da costa marroquina, É território espanhol, desde 1673.
- **Peñón de Vélez de la Gomera**. Uma pequena península de 0,019 km². É território espanhol, desde 1508.



²² Ceuta foi território exclusivamente português desde 1415 até 1580.